

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JOAQUIM DE OLIVEIRA VIEIRA

O AVANÇO TECNOLÓGICO E A SAÚDE DOS SERVIDORES NA
JUSTIÇA FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU

FOZ DO IGUAÇU
2013

JOAQUIM DE OLIVEIRA VIEIRA

O AVANÇO TECNOLÓGICO E A SAÚDE DOS SERVIDORES NA
JUSTIÇA FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU

Projeto Técnico apresentado ao
Departamento de Administração Geral e
Aplicada do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Gestão
Pública

Orientador: Prof. Osmar Rocha

FOZ DO IGUAÇU

2013

Primeiramente, a Deus.

A meus pais: Benedito (in
memória) e Clarice.

A meus filhos: Dalglish Fernando
e Gustavo.

A razão de ser. O antes e o
depois...

Agradeço a Deus que ilumina os meus passos durante toda a minha caminhada;

Aos meus pais, exemplos de vida;
À minha esposa, companheira incondicional;

Aos meus irmãos e minhas irmãs, mesmo distantes, sempre tão próximos;

Aos meus filhos, meus orgulhos de ser;

Aos meus professores que contribuíram ao longo do curso para aprimorar os meus conhecimentos;

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

"O desenvolvimento técnico só vai deixar um único problema por resolver: a debilidade da natureza humana."

Kraus , Karl

RESUMO

O presente trabalho avaliou os impactos gerados pelo advento do processo eletrônico na Justiça Federal de Foz do Iguaçu, identificou suas influências na qualidade de vida no trabalho, suas causas e possíveis consequências, bem como apresentou proposta de melhorias. A Revisão teórico-empírica teve por base uma pequena introdução, situando os principais conceitos do tema em estudo, tais como a virtualidade, a origem do processo judicial, a tecnologia e o processo judicial eletrônico, a saúde dos usuários dos processos eletrônicos e acidentes de trabalho e doenças equiparadas; o desenvolvimento e a análise destes e uma conclusão, que realçou os conceitos mais úteis para o projeto sobre a avaliação de impactos gerados pelo avanço tecnológico na Justiça Federal de Foz do Iguaçu. A metodologia pautou-se no estudo de caso por meio da pesquisa bibliográfica e análise de seu conteúdo com a finalidade de minimizar os efeitos negativos da utilização de processos exclusivamente eletrônicos na qualidade de vida no trabalho dos servidores e magistrados lotados na Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu. Teve como objetivo principal propor ferramentas de gestão com foco que possibilitem melhorias das condições ambientais e dos trabalhos realizados pelos servidores e magistrados lotados na Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu. A partir dos resultados da pesquisa, elaboraram-se as propostas e sugestões, onde se destacou a necessidade de capacitação dos servidores e magistrados, com especial atenção dos gestores para o surgimento de novas formas de adoecimento das pessoas envolvidas em toda a tramitação processual. Revelou-se a necessidade de levantamentos periódicos acerca do ambiente de trabalho, compreendendo, dentre outros fatores, a iluminação, ventilação, nível de ruído, conforto térmico, layout; adequação de máquinas, materiais, equipamentos e mobiliários às necessidades individuais de cada servidor ou magistrado. Mereceu especial atenção a necessidade de adequação da jornada de trabalho e a pausa periódica intrajornada, considerando-se a utilização de processos judiciais exclusivamente eletrônicos. Entendeu-se que a maior proximidade dos gestores da área da saúde do TRF4 e da Seção Judiciária do Paraná é um fator fundamental para possibilitar a extensão de todas as atividades de diagnóstico e prevenção, já realizadas nesses órgãos, à Justiça Federal de Foz do Iguaçu.

Palavras-chave: Avaliação; Tecnologia; Saúde; e Gestão Pública.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma: TRF da 4ª Região 1.....	13
Figura 2 – Organograma: TRF da 4ª Região 2.....	14
Figura 3 – Organograma: Seção judiciária do Paraná	15
Figura 4 – Organograma: SSJ de Foz do Iguaçu	17
Gráfico 1 – Dor muscular	19
Gráfico 2 – Dormência, formigamento ou queimação	20
Gráfico 3 – Equipamentos e mobiliários.....	20
Gráfico 4 – Nível de ruído	20
Gráfico 5 – Layout	21
Gráfico 6 – Conforto térmico	21
Gráfico 7 – Ventilação	21
Gráfico 8 - Iluminação	21
Tabela 1 – Tempo de serviço	18
Tabela 2 – Idade	19
Tabela 3 – Sexo	19
Tabela 4 – Propostas e sugestões	32

LISTA DE SIGLAS

ASO – Atestado de Saúde Ocupacional.
BACEN – Banco Central do Brasil S/A.
CCB – Código Civil Brasileiro.
CEF – Caixa Econômica Federal.
CF – Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
CISSM – Comissão Interna de Saúde do Servidor e Magistrado.
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho.
CONIN – Conselho Nacional de Informática e Automação.
COREN – Conselho Regional de Enfermagem.
CRA – Conselho Regional de Administração.
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
CREFITO – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
CRM – Conselho Regional de Medicina.
CRP – Conselho Regional de Psicologia.
E-PROC V2 – Sistema de Processo Eletrônico da Justiça Federal, versão 2.
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.
GEDPRO – Gestão Eletrônica de Documentos Processuais.
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.
JEFs – Juizados Especiais Federais.
MEC – Ministério da Educação e Cultura.
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
NAJA – Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo.
NOSSM – Norma Operacional de Saúde do Servidor e Magistrado.
NR – Norma Regulamentadora.
PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
RITRF4 – Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
RNP – Rede Nacional de Pesquisas.
SEI – Sistema Eletrônico de Informações.
SESMT – Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho.

SJPR – Seção Judiciária do Paraná.

TFR – Tribunal Federal de Recursos.

TRF – Tribunal Regional Federal.

TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA.....	1
1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO	1
1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO	3
2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	4
2.1 A VIRTUALIDADE	4
2.2 A ORIGEM DO PROCESSO JUDICIAL.....	5
2.3 A TECNOLOGIA E O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	5
2.4 A SAÚDE DOS USUÁRIOS DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS	7
2.5 ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS EQUIPARADAS.....	9
3 METODOLOGIA	10
4 A ORGANIZAÇÃO.....	11
4.1 DESCRIÇÃO GERAL	11
4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	13
4.2.1 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
4.2.1.1 <i>O Tribunal Regional Federal da 4ª Região</i>	13
4.2.1.2 <i>A Seção Judiciária do Paraná</i>	15
4.2.1.3 <i>A Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu</i>	17
4.3 O PROCESSO JUDICIAL E VIRTUALIZAÇÃO	23
4.4 OS PROCESSOS ELETRÔNICOS E O IMPACTO NA SAÚDE DOS USUÁRIOS	23
4.5 LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DE LICENÇAS DE SAÚDE	25
5 PROPOSTA	28
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	28
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	30
5.3 RECURSOS.....	32
5.4 RESULTADOS ESPERADOS	33
5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO- CORRETIVAS	34
6 CONCLUSÃO	36
7 REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICES	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, com circunscrição sobre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocupa, no Brasil, posição de vanguarda, tanto nos aspectos jurisdicionais, quanto na utilização de tecnologias de informática para seus sistemas de controle e acompanhamento processual, dentre outros, o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), para processos administrativos; O Gedpro (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais) e o E-Proc V2, para processos judiciais.

O SEI, o GEDPRO e o E-Proc V2 foram desenvolvidos integralmente por servidores do tribunal, estão em pleno funcionamento e o andamento processual está cada vez mais rápido, sem a necessidade da utilização de papel, sendo que os documentos apresentados são digitalizados e restituídos às partes interessadas, passando a tramitar exclusivamente por meio eletrônico.

O avanço tecnológico traz uma grande alteração nas condições de trabalho de seus usuários, influenciando diretamente no tempo de uso de computadores, o que implica um maior esforço físico e mental para se conseguir realizar as tarefas diárias. Tal esforço deve ser administrado de forma a não comprometer a saúde dos servidores e magistrados e, por consequência, os avanços que se busca pela adoção de sistemas que permitem a realização e o acompanhamento dos processos judiciais exclusivamente por meio eletrônico.

Diante da problemática apresentada, exige-se resposta à seguinte questão: o avanço tecnológico no âmbito da Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu – têm produzido impactos na saúde dos servidores e magistrados?

1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO

O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar os impactos gerados pelo advento do processo eletrônico, bem como identificar possíveis influências na

qualidade de vida no trabalho dos servidores e magistrados da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, e apresentar proposta/sugestões de melhorias.

Objetivos específicos do trabalho

Especificamente busca-se:

1. Avaliar os impactos causados na saúde dos servidores e magistrados causados pelo uso de processos eletrônico e sob as condições ambientais atuais;
2. Identificar normas, relativas à saúde e segurança no trabalho, destinadas aos servidores e magistrados ou com possibilidade de serem a eles aplicáveis por analogia;
3. Analisar a adequação da jornada de trabalho e eventual necessidade de mudança;
4. Analisar a adequação dos móveis e equipamentos utilizados pelos servidores e magistrados para a realização dos trabalhos, levando em conta questões ergonômicas;
5. Estudar a possibilidade e viabilidade de realização de um trabalho equivalente ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
6. Identificar quais os serviços relacionados à saúde colocados à disposição dos magistrados e servidores lotados na Seção Judiciária do Paraná e quais deles são extensivos às Subseções Judiciárias do interior do Paraná, em especial para a subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, ora objeto de estudo;
7. Identificar a média de pausas periódicas realizadas durante a jornada de trabalho pelos servidores e magistrados da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, especialmente quando utilizarem exclusivamente o E-PROC;
8. Verificar se a instituição realiza exames médicos periódicos para servidores e magistrados;
9. Analisar outras eventuais vantagens e desvantagens relacionadas à implantação do processo eletrônico – Eproc-V2 no âmbito da Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu; e
10. Propor medidas para minimizar eventuais efeitos negativos da utilização de processos exclusivamente eletrônicos na qualidade de vida no trabalho dos servidores e magistrados lotados na Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

A implantação de um sistema de processamento e acompanhamento processual exclusivamente eletrônico é uma decisão que abrange não somente o ambiente da Instituição que decide desenvolvê-lo e utilizá-lo, mas toda a coletividade que dele depende, estendendo-se, dessa forma, a todos os seus clientes internos e externos.

Nesse ponto, é necessário ressaltar que nos processos que tramitam na Justiça Federal são partes, de um lado, os particulares e, de outro, a União, as empresas públicas, as autarquias e fundações públicas federais ou os conselhos de fiscalização profissional. Portanto, a adoção do sistema eletrônico, no molde encampado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, influenciará diretamente, além dos trabalhos dos servidores e magistrados, nos trabalhos diários de todos os procuradores representantes das instituições federais que possuem legitimidade para serem partes nos processos de competência da Justiça Federal, bem como de todos os advogados que receberam a outorga de poderes para representarem judicialmente os particulares que litigam com tais órgãos federais.

Portanto, o presente estudo interessa não somente ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mas a todos os seus servidores; aos procuradores e servidores federais que atuam na Fazenda Nacional e Advocacia Geral da União; aos Procuradores da República e servidores representantes do Ministério Público Federal; aos procuradores federais do INSS, IBAMA, BACEN, FUNASA, dentre outras autarquias e fundações públicas federais; aos escritórios, advogados e empregados que defendem os interesses da Caixa Econômica Federal, dentre outras empresas públicas; aos escritórios, advogados e empregados que representam os diversos conselhos federais de fiscalização de classes profissionais, tais como CREA, CRA, COREN, CRM, CRP, CREFITO, dentre outros.

Optou-se pelo tema proposto por se conhecer a preocupação que tem o Tribunal Regional Federal da 4ª Região em se desenvolver tecnologicamente, contudo, sem olvidar-se da saúde e do ambiente de trabalho dos seus servidores e magistrados.

2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Nesta seção são apresentados os principais conceitos do tema de estudo, tais como a virtualidade, a origem do processo judicial, a tecnologia e o processo judicial eletrônico, a saúde dos usuários dos processos eletrônicos e acidentes de trabalho e doenças equiparadas.

2.1 A VIRTUALIDADE

O homem, em toda sua história de existência, projeta sobre os elementos naturais a possibilidade de torná-los artificiais, manifestando assim uma busca constante de melhoria dos meios e formas necessárias para executar as tarefas.

Lévy reporta-nos que nos primórdios do exercício da função virtualizante da consciência, o "(...) homem pré-histórico vê o galho. Reconhece-o pelo que é. Mas a história não termina aí (...). Ele envesga os olhos sobre o galho e o imagina como bastão. O galho significa o bastão. O galho é um bastão virtual." (1996, p. 92). É a partir do real que se cria o virtual na busca da transformação e da evolução da realidade.

A virtualidade inaugura um novo tempo e revoluciona a comunicação, a ciência, rompe fronteiras e cria uma sociedade tecnológica. Lévy (1996, p. 11), buscando focalizar os aspectos positivos e negativos dos avanços tecnológicos, afirma que a virtualidade é uma onda que ultrapassa em muito a onda da informatização.

Para Fagúndez (2006, p. 100), despertar para a virtualidade significa reconhecer a bipolaridade presente em todas as coisas. A ciência deverá reconhecer que o mesmo método que busca a certeza, traz em si a incerteza.

Deste modo, o avanço tecnológico é importante, sem dúvida, para mudar a vida das pessoas, mas a virtualização traz no seu bojo valores revolucionários, dentre os quais os críticos consideram uma grande artificialização do ser humano, além de convidá-lo para a responsabilidade social, para a projeção da mudança que ocorre em todos os elementos da natureza e para o dever de respeitar as leis que regem a vida.

2.2 A ORIGEM DO PROCESSO JUDICIAL

Nos primeiros tempos da civilização, aqueles que se vissem envolvidos em qualquer tipo de conflito intersubjetivo poderiam resolvê-lo por si mesmos, do modo como fosse possível, por meio do que se convencionou denominar autotutela. Atualmente, salvo raríssimas exceções previstas na lei (ex: art. 1.210, § 1º, do Código Civil Brasileiro) é tipificado como crime de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 do Código Penal Brasileiro).

Historicamente, com o desenvolvimento e consolidação da noção de Estado é que a tarefa de solucionar conflitos entre as pessoas foi admitida como função do Estado, primeiramente pelas mãos do soberano, e, mais tarde, pelos organismos do Poder Judiciário.

Clementino leciona sobre o principal objetivo de um poder central:

a instituição de um poder central teve como principal objetivo o estabelecimento de uma forma de solução de conflitos que proviesse de um ente imparcial que pudesse resolver o impasse baseado na ideia de Justiça, ou seja, de reconhecer-se razão a quem efetivamente a tivesse. (2007, p. 33).

O direito processual envolve uma tríade composta pela jurisdição, pela ação e pelo processo. Para Marques (1998, p. 145), “a **jurisdição** pode ser conceituada como função que o Estado exerce para compor processualmente conflitos litigiosos, dando a cada um o que é seu segundo o direito objetivo”. **Ação**, no entender de Santos (1994, p.155, v. 1), é um direito público subjetivo, abstrato e genérico de pleitear a tutela do Estado, por meio da invocação da prestação jurisdicional em um caso concreto. Por fim, Santos (1994, p. 155, v.1) conceitua o **processo judicial**, como uma “série de atos coordenados tendentes à atuação da lei, tendo por escopo a composição da lide”.

Atualmente, cabe ao Estado, por meio do Poder Judiciário, a resolução da controvérsia, resolvendo o conflito estabelecido entre as parte envolvidas e pondo fim à lide.

2.3 A TECNOLOGIA E O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Conta-se que o ábaco foi o primeiro computador digital inventado pelo homem de que se tem notícia. Leciona Clementino, que o sucesso de Herman

Hollerith¹ culminou com a criação da empresa que mais tarde se tornou mundialmente famosa com o nome de *International Business Machine* - IBM. (2007, p. 65). Somente com o desenvolvimento da computação comercial é que a informatização deu seu grande salto, por volta de 1951, com Eckert e Mauchly expandindo assim o uso dos computadores em progressão geométrica.

Em 1984, por meio da Lei 7.232, o Brasil passou a dispor sobre Política Nacional de Informática, criou o Conselho Nacional de Informática e Automação – CONIN, com competência para assessorar a Presidência da República na formulação da política nacional de Informática e estabeleceu que a Administração Pública Federal daria preferência aos bens e serviços de Informática produzidos por empresas nacionais.

Por sua vez, a Lei 8.248, de 23.10.1991 dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de Informática e automação, revogando diversos dispositivos da Lei 7.232/84, alterada posteriormente pela Lei 10.176, de 11.01.2001.

No âmbito judicial, a Lei 9.800, de 26.05.1999, permitiu às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a protocolização de documentos processuais, contudo, exigia a apresentação do original do documento. Essa iniciativa proporcionou a diversos Tribunais brasileiros a utilizarem os novos recursos eletrônicos como tentativa para resolver seus graves problemas relativos ao grande número de demandas e a insuficiência de seus recursos humanos e materiais.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por meio da Resolução 13, de 11.03.2004, implantou o sistema E-Proc, adotado nos Juizados Especiais Federais, que já permitia a tramitação dos autos integralmente em formato digital. Esse sistema foi o marco inicial da desmaterialização dos autos judiciais no Brasil. No entanto, segundo Atheniense (2009):

[...] o sistema padece da necessidade de ser aprimorado quanto à segurança de dados. Desde a sua implantação até a presente data os atos processuais praticados por advogados e magistrados não utilizam a certificação digital, mas apenas senhas. Desta feita, não há meios confiáveis para garantir a identificação inequívoca de autoria e integridade diante de uma tentativa de fraude eletrônica.

¹ Engenheiro americano: 1860-1929, que logrou construir a primeira máquina de processamento de dados estatísticos relativos à demografia norte americana, reduzindo o trabalho de dez para dois anos.

Conforme Atheniense (2010b), a implantação do processo eletrônico efetivou-se em fevereiro de 2010. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ciente das dificuldades e limitações do Sistema E-proc, então utilizado somente no âmbito dos Juizados Especiais Federais, continuou avançando na implantação de práticas processuais por meio eletrônico, desta feita, o E-Proc versão 2 não se limita ao âmbito dos Juizados Especiais Federais, mas abarca todos os tipos de processos judiciais em tramitação no âmbito do TRF da 4ª Região. O E-Proc V2 tornou-se referência nacional em se tratando de processo eletrônico.

2.4 A SAÚDE DOS USUÁRIOS DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

O TRF da 4ª Região instituiu por meio da Portaria 1035/2011 a Comissão de Saúde e Processo Eletrônico para estudo dos impactos do processo eletrônico sobre a Saúde dos Usuários.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil prevê, em seu capítulo que trata da Administração Pública (art. 37, *caput*), dentre outros, o Princípio da Eficiência. Ademais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, a CF assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, Inciso LXXVIII).

Contudo, a Carta Magna não se olvida de garantir aos servidores-trabalhadores, além de outros que visem à melhoria da condição social, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. O art. 39, parágrafo 3º, da Constituição Federal estende a aplicação de alguns direitos sociais, previstos em seu art. 5º, aos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, facultando à lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

No âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, as diferentes funcionalidades das ferramentas eletrônicas (E-proc, Gedpro, SEI) inauguraram uma nova realidade, cujas funcionalidades e exigências interferiram na saúde dos usuários internos. A tecnologia pode estar excedendo, cada vez mais, a capacidade das pessoas de se adaptarem às mudanças, tanto no aspecto físico como psicológico, pois o biótipo dos seres humanos não mudou muito ao longo dos

últimos séculos, no entanto, as máquinas, métodos de trabalho e responsabilidades, vêm sendo modificadas num ritmo, nem sempre adequado às limitações humanas.

É cediça a não aplicabilidade direta da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT (DL 5.452/1943) aos servidores públicos, contudo é possível sua utilização por analogia em estudos científico-acadêmicos, como é o caso dos preceitos em relação à jornada de trabalho, tutelando o intervalo intrajornada às categorias profissionais que atuam nos serviços permanentes de mecanografia:

Art. 72. *Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal do trabalho.*

A CLT também limitou a duração do trabalho diário para os bancários, bem como para categorias profissionais que realizam atividades na área de telefonia conforme os artigos 224 e 227, limitando para os primeiros a duração de trinta horas semanais e, trinta e seis horas para o segundo caso.

Na lição de Moraes (2011, p. 1345), o trabalho executado na posição sentada pode apresentar como desvantagens o sedentarismo, a adoção de posturas desfavoráveis (lordose ou cifoses excessivas) e a estase sanguínea nos membros inferiores.

A NR 17, que trata da ergonomia, visando permitir um máximo de conforto, segurança e desempenho aos trabalhadores que atuam em atividades de processamento eletrônico de dados, estabeleceu parâmetros que permitem à adaptação das condições de trabalho às características próprias de cada trabalhador. A citada norma detalha:

17.3.3. Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos de conforto:

- a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida;*
- b) características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento;*
- c) borda frontal arredondada;*
- d) encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.*

As escolhas dos mobiliários e equipamentos sempre devem levar em conta a análise ergonômica do trabalho. Ademais, há que se considerarem os limites da iluminação e ruídos estabelecidos pelas normas regulamentadoras, bem como a distribuição e difusão da iluminação e ainda os limites dos níveis de ruídos estabelecidos para os locais de trabalho.

2.5 ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS EQUIPARADAS

Convém ressaltar que as regras, relativas à engenharia de segurança e medicina do trabalho, estabelecidas pelo nosso sistema jurídico, foram criadas para aplicação na relação de emprego no regime celetista.

O art. 19, da Lei nº 8.213, de 24/07/1991, estabelece o conceito de acidente de trabalho e as responsabilidades das empresas e dos órgãos de fiscalização pela segurança da saúde do trabalhador. A mesma legislação previdenciária, em seu artigo 20, incisos I e II, equiparou as doenças do trabalho a acidentes de trabalho, estabelecendo como doença profissional a produzida pelo exercício peculiar em determinada atividade e como doença do trabalho a adquirida em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

Nos termos do art. 156, da CLT, as empresas, de acordo com a NR 4, da Portaria 3.214/1978, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, estão obrigadas a manterem Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, dimensionado conforme a gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados.

A constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, composta de representantes da empresa e dos empregados é obrigatória, conforme previsto na NR 5, da Portaria 3.314/1978. Cabe ressaltar também a obrigatoriedade da adoção de medidas preventivas de medicina do trabalho, tais como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso. Tendo em vista que a pesquisa com os servidores e magistrados, considerando tratar-se de uma população finita, mas não totalmente acessível e que o objetivo do estudo já determinou quem é a população (servidores e magistrados lotados na Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu), optou-se por um estudo exploratório utilizando o tipo de amostragem não probabilística por conveniência.

O plano e os instrumentos de coletas de dados foram compostos de fontes bibliográficas, dados estatísticos gerados pela própria Instituição pesquisada, pesquisa pelo método DEPHI direcionada ao Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano da Seção Judiciária do Paraná, pesquisa quantitativa-qualitativa de caráter confirmatório aplicada a vinte e três, dos cento e vinte e três servidores e magistrados da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, bem como pesquisa pelo método DEPHI direcionada a nove de uma população indefinida de clientes externos usuários do E-PROC da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

Os três modelos de questionários foram estruturados com perguntas abertas e fechadas contendo as caracterizações pessoais, ambientes de trabalho, processo eletrônico e a satisfação dos usuários; e serviram de subsídios para diagnóstico dos reflexos trazidos pela utilização do sistema eletrônico em suas qualidades de vida no trabalho, bem como para a elaboração de sugestões para minimizar os impactos na saúde dos servidores e magistrados da Justiça Federal de Foz do Iguaçu.

4 A ORGANIZAÇÃO

Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu

4.1 DESCRIÇÃO GERAL

História da Justiça Federal

Em 1890, com a edição do Decreto nº 848, de 11 de outubro, foi criada a Justiça Federal no Brasil. Assim, ela surgiu junto com a República, que instituiu o Sistema Federativo. Passou, então, a existir a dualidade do Poder Judiciário, constituído pela Justiça Federal e pelos juízes de Direito e Tribunais dos Estados.

A Constituição Federal de 1891 prevê, pela primeira vez, a existência da Justiça Federal, nos moldes do Decreto n. 848/1890. A Constituição de 1934 manteve a Justiça Federal; estabeleceu que o Poder Judiciário da União fosse composto pela Corte Suprema, pelos juízes e tribunais federais, juízes e tribunais militares e juízes e tribunais eleitorais.

Em 1937 a Justiça Federal foi extinta pelo Golpe do Estado Novo, que conferiu ao chefe do Executivo amplos poderes e a faculdade de legislar por meio de decretos-leis, até mesmo sobre assuntos constitucionais. Essa Constituição transformou o Legislativo e o Judiciário em poderes subordinados.

A Justiça Federal foi recriada pela Constituição de 1946, mas apenas a 2ª instância da Justiça Federal - Tribunal Federal de Recursos, ficando a jurisdição anteriormente atribuída à Justiça Federal de 1ª instância a cargo dos juízes de Direito dos Estados e do Distrito Federal.

Por ocasião do regime militar instaurado em 1964, o Ato Institucional nº. 2, de 27/10/65, recriou a Justiça Federal de 1ª instância. Houve regulamentação pela Lei nº 5.010/66, a qual criou o Conselho da Justiça Federal e estabeleceu, em seu anexo I, que no Estado do Paraná existiriam duas varas. O Juiz da 1ª Vara foi encarregado de instalar a Seção e o Juiz da 2ª Vara, de iniciar a atividade judicante. E assim, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos juízes e funcionários, em sessão solene, presidida pelo Ministro Corregedor Antônio Neder, foi instalada a Seção Judiciária do Paraná da Justiça Federal, em 21 de fevereiro de 1969.

A Constituição Federal de 1967 manteve a estrutura do Judiciário, com a Justiça Federal passando a atuar em duas instâncias: no primeiro grau, por meio de Juízos Federais, e, no segundo grau, via Tribunal Federal de Recursos, sediado em Brasília.

A Constituição Federal de 1988 reestruturou a Justiça Federal, com a criação de cinco Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça. Em 2001 o Congresso Nacional aprova o Projeto de Lei que regulamenta os Juizados Especiais Federais com o objetivo de desafogar os Tribunais Regionais Federais e melhorar os serviços prestados ao cidadão. No ano de 2004, a Câmara aprova Emenda Constitucional nº 45 com diversas alterações na Estrutura do Poder Judiciário, inclusive no tocante à competência da Justiça Federal.

Em 17 de novembro de 1987, a Lei nº 7.631, que dispôs sobre a reestruturação da Justiça Federal de 1ª Instância, criou a Justiça Federal em Foz do Iguaçu com instalação da Vara Federal de Foz do Iguaçu e o Provimento nº 353, de 18 de dezembro de 1987, do Conselho da Justiça Federal – CJF conferiu-lhe a jurisdição. A criação da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu deu-se por meio da Lei nº 8.424, de 19.05.1992, com a efetiva instalação em 24 de setembro de 1993. A Lei nº 9.664, de 16 de junho de 1998, criou a 1ª e a 2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu. Por sua vez, a Lei nº 12.011, de 04 de agosto de 2009 criou a 3ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu e a Vara Federal Previdenciária e Juizado Especial Federal Previdenciário de Foz do Iguaçu, estabelecendo o formato atual da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, Seção Judiciária do Paraná.

Atualmente, a Justiça Federal de Foz do Iguaçu conta com uma lotação efetiva de 113 servidores, entre técnicos e analistas com ou sem especialidades, distribuídos entre as seis Varas Federais, a Central de Mandados - CEMAN e o Núcleo de Apoio Judiciário/Administrativo – NAJ, que é ligado diretamente à Direção do Foro. As 1ª, 2ª e 3ª Varas Federais Criminais e a Vara Federal Previdenciária e Juizado Especial Federal Previdenciário encontram-se instaladas, em prédio próprio, na Rua Edmundo de Barros, 1989; enquanto as 1ª e 2ª Varas Federais e Juizados Especiais Federais Cíveis estão estabelecidas em imóvel locado na Av. Pedro Basso, 920 em Foz do Iguaçu.

4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Esta seção revela a estrutura organizacional, destacando, por meio de organogramas, os principais órgãos compreendidos no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na Seção Judiciária do Paraná e na Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

4.2.1 A estrutura organizacional

4.2.1.1 O Tribunal Regional Federal da 4ª Região

O Regimento Interno (RITRF4) define a estrutura interna do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme Ata do Plenário nº 4/1997 e Resolução nº 128/2013, dividindo o organograma essencialmente nas partes administrativa e judiciária, conforme Figura 1:



Atualizado conforme RITRF4, Ata do Plenário nº 4/1997 e Resolução nº 128/2013.

Figura 1 – Organograma: TRF da 4ª Região 1

Fonte: Intranet do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

responsabilidade da Secretaria de Saúde e todos são partes integrantes da Diretoria de Recursos Humanos do TRF da 4ª Região.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região comporta as Seções Judiciárias dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

4.2.1.2 A Seção Judiciária do Paraná

A Resolução nº 3, de 07 de janeiro de 2009, do TRF da 4ª Região, dispôs sobre a estrutura organizacional da Justiça Federal de 1ª instância da Seção Judiciária do Paraná, demonstrada no organograma apresentado na Figura 3:

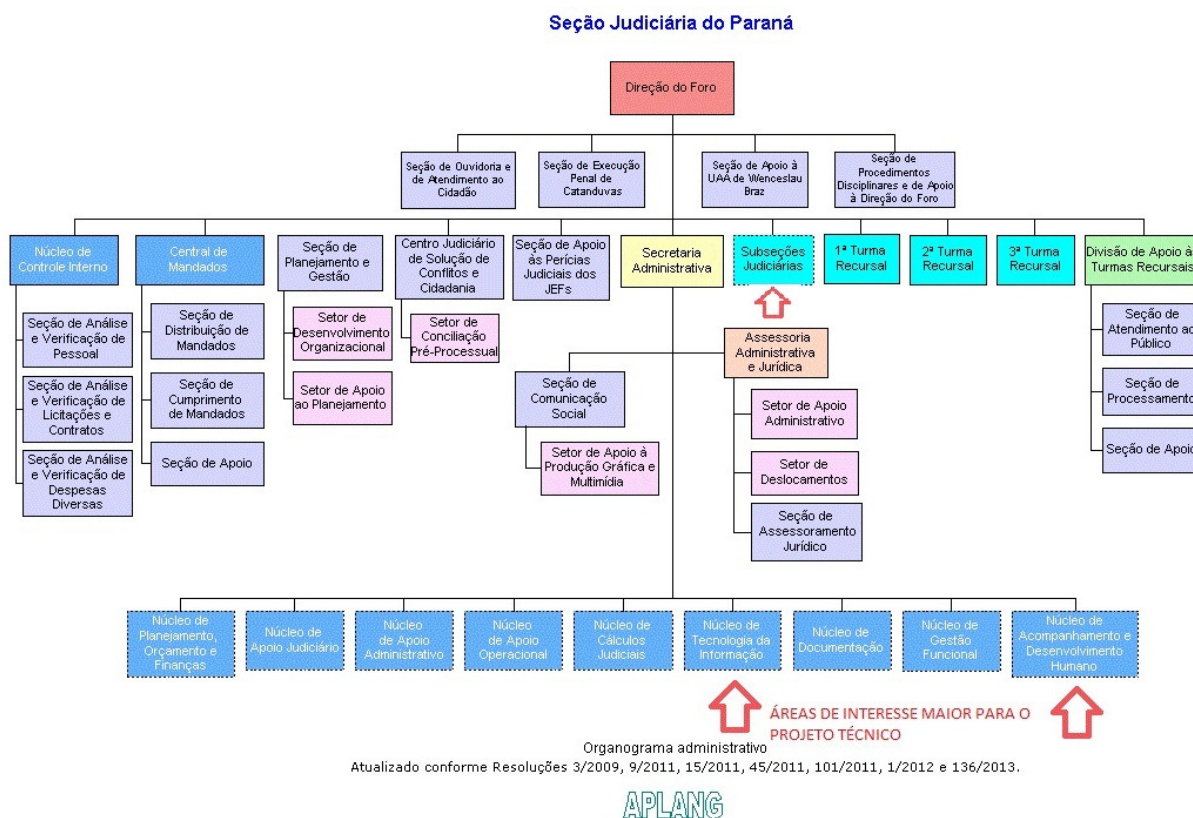


Figura 3 – Organograma: Seção judiciária do Paraná

Fonte: Intranet do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A estrutura judiciária da Seção Judiciária do Paraná, que funciona nas sedes do Ahú e do Edifício Bagé, no Centro de Curitiba, conta com os seguintes órgãos: Seção de Ouvidoria e de Atendimento ao Cidadão, Seção de Execução Penal de Catanduvas, Seção de Apoio à UAA de Wenceslau Braz, Seção de Procedimentos Disciplinares e de Apoio à Direção do Foro, as Turmas Recursais e respectiva Divisão de Apoio, além das Subseções Judiciárias do Paraná.

Compõem a estrutura administrativa: o Núcleo de Controle Interno; Central de Mandados; Seção de Planejamento e Gestão; Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania; Seção de Apoio às Perícias Judiciais dos JEFs e a Secretaria Administrativa.

A Secretaria Administrativa conta ainda com o Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças, Núcleo de Apoio Judiciário, Núcleo de Apoio Administrativo, Núcleo de Apoio Operacional, Núcleo de Cálculos Judiciais, Núcleo de Tecnologia e Informação, Núcleo de Documentação, Núcleo de Gestão Funcional e Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano.

Revelam-se importantes para o presente estudo o Núcleo de Tecnologia e Informação e o Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, ambos subordinados à Secretaria Administrativa, vinculada diretamente à Direção do Foro.

O Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano está subdividido em: Seção de Saúde (Odontologia; Enfermagem; Cardiologia; Medicina do Trabalho; Psiquiatria; Setor de Perícias / Licenças Médicas); Seção de Acompanhamento de Servidores: Setor de Apoio Psicossocial; Seção de Estágios, Trabalho Voluntário e Aprendizizes; Seção de Progressão Funcional e Apoio Jurídico; Seção de Desenvolvimento Humano (Setor de Projetos de Treinamentos; Setor de Apoio Logístico a Treinamentos; Setor de Avaliação de Resultados).

De acordo com as informações prestadas pela Seção de Saúde, em questionário, aplicado pelo método DELPHI, direcionado ao Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano da Seção Judiciária do Paraná, os serviços de saúde colocados à disposição dos servidores em magistrados da Seção Judiciária do Paraná, em Curitiba, são: atendimento odontológico; atendimento médico emergencial (apenas para a sede Ahú); atendimento emergencial de enfermagem (apenas para a sede Ahú); vacinação periódica contra a gripe, HPV e outras doenças; orientação ergonômica; programa de reeducação alimentar; *quick massage*; ginástica laboral; e acompanhamento de Saúde Mental. Não são realizados exames médicos periódicos nos servidores e magistrados.

A Seção de Saúde informou que a SJPR não tem obrigação de adotar as medidas das NR do MTE, embora em geral sejam usadas como parâmetros. As avaliações acerca iluminação, ergonomia, conforto térmico, layout, equipamentos/mobiliários são realizadas pela médica do trabalho (em Curitiba) e

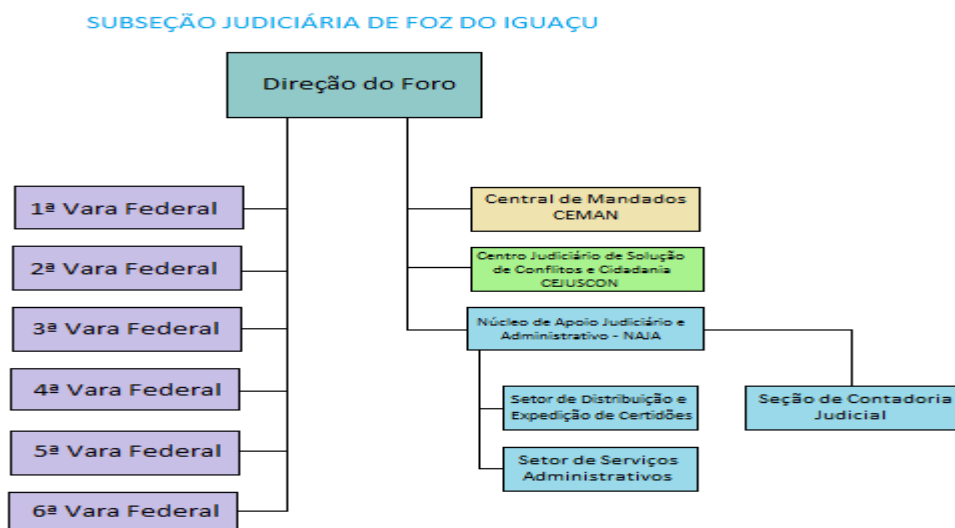
pela Enfermeira (outras subseções), enquanto a medição do nível de ruído é realizada sob demanda pela Área de Engenharia.

A SJPR considera a jornada de trabalho, de um modo geral sete horas diária, ideal à saúde dos servidores e magistrados que atuam exclusivamente com processo eletrônico e de seis a sete pausas com intervalos a cada cinquenta minutos. Quanto aos reflexos diretos na saúde dos servidores e magistrados, que atuam exclusivamente com processos eletrônicos, considera que não há dados que confirmem ou neguem associação direta.

A Seção Judiciária do Paraná comporta as Subseções Judiciárias de Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Maringá, Umuarama, Cascavel, Guarapuava, Francisco Beltrão, Paranaguá, Ponta Grossa, Campo Mourão, Paranavaí, Pato Branco, Jacarezinho, União da Vitória, Apucarana, Toledo e Guaíra.

4.2.1.3 A Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu

A figura 4 mostra a estrutura estabelecida pela Resolução nº 6, de 07 de janeiro de 2009, do TRF da 4ª Região, dispôs sobre a organização da Justiça Federal de 1ª instância da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.



Conforme Resolução nº 6, de 2009 do TRF da 4ª Região

Figura 4 – Organograma: SSJ de Foz do Iguaçu

Fonte: Elaborado pelo autor.

A estrutura judiciária da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu conta com os seguintes órgãos: 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu (competência cível e JEF cível),

2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu (competência cível e JEF cível), 3ª Vara Federal de Foz do Iguaçu (competência Criminal), 4ª Vara Federal de Foz do Iguaçu (competência Criminal), 5ª Vara Federal de Foz do Iguaçu (competência Criminal) e 6ª Vara Federal de Foz do Iguaçu (competência previdenciária e JEF previdenciário).

Compõem a estrutura administrativa: a Central de Mandados – CEMAN, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCON e o Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo, que compreende a Seção de Contadoria Judicial, o Setor de Distribuição e Expedição de Certidões e o Setor de Serviços Administrativos.

Ressalte-se que no âmbito da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu os serviços de informática são de responsabilidade do Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo – NAJA, que conta com dois Técnicos Judiciários/Especialidade Informática, e não há setor específico para tratar de questões relativas à saúde e à ergonomia.

Conforme as informações prestadas pela Seção de Saúde, em questionário direcionado ao Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano da Seção Judiciária do Paraná, dos serviços de saúde colocados à disposição dos servidores em magistrados da Seção Judiciária do Paraná (Curitiba), são extensivos à Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu: a vacinação periódica contra a gripe, HPV e outras doenças; orientação Ergonômica; ginástica laboral e acompanhamento de Saúde Mental. Não são realizados exames médicos periódicos nos servidores e magistrados.

Realizou-se pesquisa, conforme a metodologia adotada, com vinte e três servidores e magistrados da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, objetivando traçar um perfil profissional e acerca das condições de trabalho.

Conforme Tabela 1, verificou-se que 39,1%, entre os servidores e magistrados pesquisados, contam com menos de três anos de tempo de serviço.

Tempo de serviço	Frequência	Porcentagem
Menos de 3 anos	9	39,1
	2	8,7
7 a 10 anos	5	21,7
11 a 15 anos	4	17,4
16 anos ou mais	3	13,0
Total	23	100,0

Tabela 1 – Tempo de serviço

e 60,9% tem a faixa etária entre 36 e 55 anos.

Idade	Frequência	Porcentagem
21 a 35	9	39,1
36 a 55	14	60,9
Total	23	100,0

Tabela 2 – Idade

Pode-se observar que 69,6% dos pesquisados são do sexo masculino

Sexo	Frequência	Porcentagem
Masculino	16	69,6
Feminino	7	30,4
Total	23	100,0

Tabela 3 – Sexo

Constatou-se que iniciam a jornada de trabalho “bem dispostos” 91,3% dos entrevistados. Realizam algum tipo de atividade física durante a semana 82,6% dos respondentes. Considerou sua carga de trabalho equilibrada 65,2% e 69,6 a programação do trabalho equilibrada.

Com relação às tarefas realizadas no trabalho: 86,4% consideram suas tarefas rotineiras ou repetitivas e 43,5% deles as considera estressantes. Sentem algum tipo de dor muscular 65,2% e 43,5 deles sentem algum tipo de dormência, formigamento ou queimação.

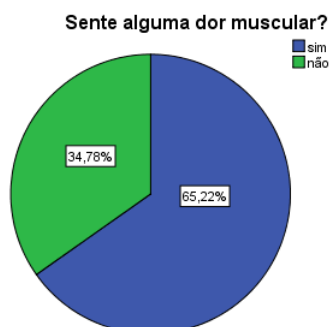


Gráfico 1 – Dor muscular

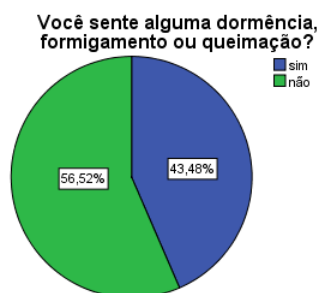


Gráfico 2 – Dormência, formigamento ou queimação

Fonte: Pesquisa realizada com servidores e magistrados (cfe. metodologia adotada).

Declararam que trabalham cerca de 40 horas ou mais por semana 56,5% dos respondentes e 60,9% realizam apenas de 1 a 2 pausas periódicas durante a jornada de trabalho. Sentem-se indispostos ou pouco dispostos ao final da jornada 78,3% dos entrevistados. A grande maioria dos respondentes considera que o ambiente de trabalho contribui diretamente em seu desempenho sendo que o representam: a iluminação 82,6%; a ventilação 82,6%; o nível de ruído 69,6%; o conforto térmico 86,4%; o layout 63,6%; e equipamentos e mobiliários 65,2%.



Gráfico 3 – Equipamentos e mobiliários

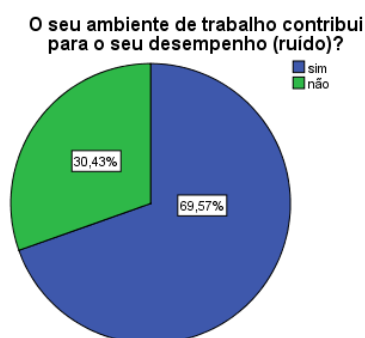


Gráfico 4 – Nível de ruído

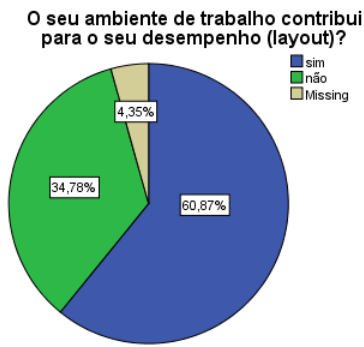


Gráfico 5 – Layout

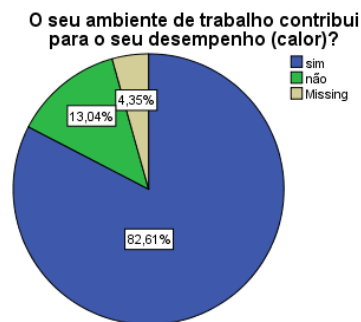


Gráfico 6 – Conforto térmico

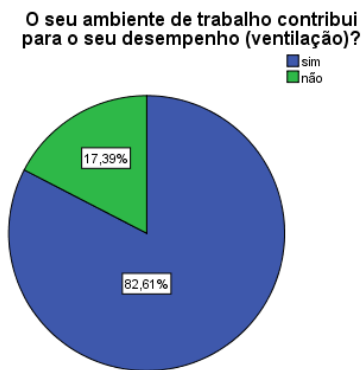


Gráfico 7 – Ventilação



Gráfico 8 - Iluminação

Fonte: Pesquisa realizada com servidores e magistrados (cfe. metodologia adotada).

A pesquisa mostrou que na Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu há processos físicos remanescentes e 34,8% dos indagados trabalham exclusivamente com processos eletrônicos. Em entrevista à Revista Consultor Jurídico – CONJUR, o juiz-assessor da Presidência do TRF-4, Eduardo Tonetto Picarelli, afirmou que, conforme Planejamento Estratégico, a Justiça Federal da 4ª Região conta hoje (12/12/2013) com mais de 80% dos seus processos em meio virtual. Apenas 17% ainda estão em papel, e este percentual deve chegar à zero no prazo máximo de dois anos.

No que se refere aos clientes externos da Justiça Federal, participaram da pesquisa com a finalidade de aferir vantagens e desvantagens do E-Proc: Procurador Federal, Procurador do Estado do Paraná, Procurador do Município de Foz do Iguaçu, Procurador da República, Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, bem como Analista e Técnico do Ministério Público da União, e Assessor de Procurador da República.

Os dados foram tabulados sob a perspectiva do método Delphi onde a análise busca o consenso aproximado entre as respostas dos respondentes.

Entre os clientes externos entrevistados, é unanime a preferência em atuar na Justiça Federal em processos eletrônico (E-Proc) em detrimento dos processos físicos tradicionais.

No tocante às vantagens apresentadas pelo E-proc houve consenso nos seguintes itens: agilidade no trâmite processual; possibilidade de acesso ao conteúdo integral dos autos a qualquer tempo; maior transparência; ambiente de trabalho mais organizado e acesso facilitado em qualquer lugar que disponha de internet.

Entre as desvantagens prevaleceu o consenso de que: os órgãos (clientes externos) não tiveram tempo suficiente para se prepararem para a implantação do processo eletrônico e enfrentam problemas como: equipamentos inadequados e velocidade de conexão na internet inadequada; dificuldade na localização de documentos em arquivos muito extensos, dificuldade no protocolo de arquivos muito extensos; incremento do tempo diante do computador, podendo acarretar problemas de postura e outras patologias derivadas do esforço repetitivo.

4.3 O PROCESSO JUDICIAL E VIRTUALIZAÇÃO

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região por muito tempo utilizou-se do processo tradicional caracterizado por atos, decisões e um sistema de acompanhamento processual escrito manualmente. Posteriormente, passaram a se apresentar na forma datilografada.

Com a aquisição dos primeiros computadores, que eram utilizados de forma coletiva, a informatização possibilitou a consulta de fases processuais por meio do Sistema de Acompanhamento Processual – SIAPRO e os atos e decisões praticados nos processos passaram a ser digitados em processadores de textos, contudo, dissociados do sistema de acompanhamento do processo.

A virtualidade inaugura um novo tempo na Justiça Federal da 4ª Região e revoluciona a comunicação, desta feita com computadores de uso pessoal e sistemas de processo eletrônico E-Proc, de gerenciamento de documentos GEDPRO, de expedição de mandados judiciais SMWEB, dentre outros, interligados e atualizados de maneira simultânea.

Para Lévy (1996, p. 11), a virtualidade é uma onda que ultrapassa em muito a onda da informatização e traz consigo a bipolaridade que Fagúndez (2006, p. 100) afirma estar presente e todas as coisas e que o mesmo método que busca a certeza, traz em si a incerteza.

O avanço tecnológico convida seus precursores para a responsabilidade social, para a projeção da mudança que ocorre em todos os elementos da natureza e para o dever de respeitar as leis que regem a vida.

4.4 OS PROCESSOS ELETRÔNICOS E O IMPACTO NA SAÚDE DOS USUÁRIOS

Nota-se pelas considerações tecidas pelo Desembargador Federal do TRF4, Cândido Alfredo Silva Leal Júnior (2013, p. 3), presidente da Comissão de Saúde e Processo Eletrônico, que não passou despercebida ao crivo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a questão dos reflexos provocados na saúde dos usuários pela implantação do sistema eletrônico em sua área de atuação:

A virtualização do processo, com transformação das peças processuais de papel (autos físicos) em documentos eletrônicos (autos virtuais), trouxe profundos reflexos sobre as tarefas desempenhadas e sobre o esforço cognitivo exigido dos usuários. Não se tratou apenas de acrescentar

movimentos corporais e trabalho físico, mas passou a existir também uma nova carga de tarefas cognitivas exigidas dos usuários, que repercutiriam sobre a saúde e a qualidade de vida desses usuários.

As mudanças nas rotinas diárias de trabalho dos servidores e magistrados que passam a realizar suas tarefas exclusivamente por meio eletrônico são profundas.

É verdade que a prestação laboral, quando o processo tramitava na forma tradicional, trazia em si algumas preocupações relativas a esforços repetitivos, mas com o advento do processo eletrônicos tais problemas se acentuaram.

O processo físico possibilitava maior alternância entre as tarefas diárias, de forma que, ora o servidor estava folheando os autos, ora estava lançando fases no SIAPRO, ora realizando o protocolo de petições, ora minutando atos processuais ou decisões judiciais, dentre outras atividades até então partes de sua ocupação.

O rodízio de tarefas revela-se forte aliado na compensação dos efeitos causados por movimentos realizados no dia-a-dia dos servidores e magistrados. O simples fato de se levantar para levar os autos para outra mesa ou setor mostra-se uma forma eficaz de melhorar a circulação sanguínea daquele que desempenha tal função, possibilitando o descanso das vistas cansadas pelo esforço realizado diante do monitor do computador.

É certo que o processo eletrônico resolve alguns problemas de níveis operacionais que influencia diretamente na produtividade e celeridade no andamento do processo, porém, cria outros que merecem atenção redobrada, como é o caso daqueles relativos à qualidade de vida no trabalho e a saúde dos servidores e magistrados.

Os órgãos de gestão devem estar mais atentos para a capacitação dos servidores e magistrados, indicando as melhores formas de realização das tarefas cotidianas, sem se olvidar das medidas de prevenção, como meio de controlar as atividades e seus reflexos na saúde. Surgem novas formas de adoecimento das pessoas envolvidas em toda a tramitação processual, para as quais os gestores devem estar atentos.

O ambiente de trabalho, compreendendo, dentre outros fatores, a ergonomia, iluminação, ventilação, nível de ruído, conforto térmico e o *layout* sempre são fatores que preocupam.

Também merecem especial atenção a qualidade e regulação das máquinas, materiais e equipamentos utilizados, tais como teclados, mouses, monitores, mesas, cadeiras e demais mobiliários, que devem estar adequados às necessidades individuais de cada servidor ou magistrado.

A jornada de trabalho e a pausa periódica intrajornada merecem posição de destaque nas preocupações relativas à saúde dos usuários dos sistemas eletrônicos adotados no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A Seção Judiciária do Paraná por meio da Seção Médica e Odontológica, atenta ao controle do absenteísmo de servidores, realizou levantamento a partir dos atestados apresentados à homologação ou da conclusão de perícias e inspeções, que, devido ao sigilo, não identifica nenhum servidor especificamente.

Os números apresentados dão conta de que, em dezembro de 2012, a Seção Judiciária do Paraná contava com 1402 servidores, sendo que, desse total, 689 gozaram de algum tipo de licença de saúde no exercício de 2012. De um total de 1734 licenças, 1422 referem-se à licença para tratamento de saúde.

Da pesquisa pode-se observar que a média de dias de afastamento por Licença para Tratamento de Saúde por servidor da Seção Judiciária do Paraná – SJPR foi de 7,04 dias, valor inferior ao encontrado em 2010 (7,95 dias). A Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu teve índice superior à média, apresentando média de dias de afastamento por servidor de 8,93.

4.5 LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DE LICENÇAS DE SAÚDE

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região abrange uma área territorial muito grande, compreendendo as Seções Judiciárias dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao todo são 18 Subseções Judiciárias no Paraná, 16 em Santa Catarina e 22 no Rio Grande do Sul, além de Unidades Avançadas de Atendimento localizadas em municípios estratégicos.

Nota-se pelo demonstrado no tópico 4.2.1, da estrutura organizacional, a preocupação do TRF4 com a saúde dos servidores e magistrados, porém os órgãos por ela responsáveis tem atuação mais destacada na sede do Tribunal e das Seções Judiciárias, que se situam nas capitais dos respectivos estados, relegando à segundo plano as Subseções localizadas no interior dos Estados.

Na Seção Judiciária do Paraná há uma Seção Médica e Odontológica com atribuições que compreende serviços médicos relacionados aos exames exigidos na admissão, acompanhamento de situações específicas (perícias e inspeções) e exoneração/demissão de servidores. Merece destaque as atividades de ginástica laboral que são realizadas por funcionários de empresas terceirizadas na Seção Judiciária, com sede em Curitiba, e nas Subseções Judiciárias distribuídas pelo interior do estado do Paraná.

De acordo com o Levantamento Estatístico das Licenças de Saúde – 2011, realizado pela Seção Médica e Odontológica da Seção Judiciária do Paraná, seguindo sugestão do Subcomitê de Absenteísmo da Sociedade Internacional de Saúde Ocupacional, para o cálculo do nível de absenteísmo utiliza-se o número de licenças e o número de dias de afastamento no período investigado.

Dessa forma, chegou à conclusão de que no ano de 2011 a SJPR teve cinco licenças por acidentes em serviços, sendo um no grupo nosológico “F - Transtornos mentais e comportamentais” e quatro por “S e T - Lesões, envenenamento e outras causas externas”, representando um total de cento e trinta e três dias de afastamentos do trabalho, com uma Taxa de Gravidade (TG=Licenças no período/dias trabalhados) de 0,03% e Taxa de Duração (TD=Licenças no período/população) de 0,10%.

Depreende-se do Levantamento Estatístico das Licenças de Saúde – 2011 que somente Curitiba, sede da Seção Judiciária, conta atendimento odontológico; atendimento médico emergencial (apenas para a sede Ahú); atendimento emergencial de enfermagem (apenas para a sede Ahú); programa de reeducação alimentar e *quick massage* voltados para os servidores e magistrados.

Pende de instituição pelo TRF4 a realização de exames médicos periódicos, considerados importantes para monitoramento e prevenção de doenças é obrigatórios, conforme prevê a Lei nº 8.112/1990: "O servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento" (artigo 206-A incluído pela Lei nº 11.907/2009).

Acredita-se que um maior envolvimento individual num programa de prevenções de acidentes de trabalho e doenças equiparadas traria uma melhor qualidade de vida e à saúde dos servidores e magistrados, principalmente nas Subseções Judiciárias do interior, que se encontram distantes do quadro de

profissionais especializados lotados na Seção Médica e Odontológica da Seção Judiciária do Paraná.

5 PROPOSTA

Verifica-se que a proposta traz em seu bojo as fases do desenvolvimento, plano de implantação, recursos necessários, os resultados esperados, os riscos ou problemas esperados bem como medidas preventivo-corretivas do Projeto Técnico.

5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

Tendo em vista a coleta de dados e as análises realizadas serão apresentadas algumas propostas e sugestões quanto aos objetivos almejados, baseados na metodologia de estudo de caso:

1. Propõe-se a apresentação de um *feedback* dos resultados da pesquisa para o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná, para o Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu e para o Diretor do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano da Seção Judiciária do Paraná, que colaborou para a concretização do trabalho;

2. Sugere-se a elaboração do Planejamento Estratégico com a definição de objetivos, metas, valores almejados, como também as táticas (projetos) para que se alcance os resultados esperados, prevendo um maior envolvimento dos servidores e magistrados nas questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho:

2.1 Propõe-se que o Planejamento Estratégico defina as diretrizes para a implementação de ações equivalentes às fixadas pela Norma Operacional de Saúde do Servidor e Magistrado – NOSSM –, estabelecida pela Portaria Normativa nº 3, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 7 de maio de 2010, publicada no DOU em 10/05/2010, que cuida da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público:

2.1.1 Comitê Gestor de Atenção à Saúde dos Servidores e Magistrados, a quem competirá aprovar as diretrizes para aplicação da política;

2.1.2 O dirigente do órgão ou entidade, que deve viabilizar os meios e recursos necessários para o cumprimento da norma, além de assegurar a realização das ações;

2.1.3 O gestor, Diretor do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano da Seção Judiciária do Paraná é considerado o pilar para assegurar o

cumprimento da NOSSM e promover formação e capacitação, em conformidade com as orientações das equipes técnicas de vigilância e promoção à saúde;

2.1.4 As Equipes de Vigilância e Promoção: acompanharão a saúde do servidor e terão funções de planejamento, podendo emitir laudos e relatórios dos ambientes de trabalho, assim como propor ações para prevenção de acidentes e melhoria do ambiente de trabalho;

2.1.5 A Comissão Interna de Saúde do Servidor e Magistrado - CISSM - equivalente às CIPAS existentes hoje na iniciativa privada – constituída em cada Subseção Judiciária, composta por um magistrado indicado pela Instituição e representantes eleitos pelos servidores, com um número mínimo de três membros e máximo de vinte e um. A quantidade de integrantes será determinada pela proporção de um membro para cada 30 servidores. As CISSM terão, entre outras atribuições, as de levantar as condições de trabalho visando detectar riscos e situações potencialmente nocivos, além de acompanhar as medidas corretivas;

2.1.6 O servidor, de quem se espera não apenas indicar seus representantes na CISSM, mas acompanhar todo o processo e apresentar sugestões para melhorias relacionadas à segurança individual e coletiva.

3. Propõe-se a redução da jornada de trabalho para o máximo de seis horas diárias e trinta horas semanais;

4. Propõe-se a substituição de mesas, cadeiras e demais mobiliários por aqueles que permitam a regulação e adequação às necessidades individuais dos servidores e magistrados sempre levando em conta a análise ergonômica do trabalho.

5. Propõe-se a realização de um trabalho equivalente ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, visando aferir os níveis de ventilação, iluminação, ruídos, conforto térmico nos locais de trabalho.

6. Propõe-se a extensão dos serviços de saúde, colocados à disposição dos magistrados e servidores lotados na Seção Judiciária do Paraná, às Subseções Judiciárias do interior do Paraná, em especial para a subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, ora objeto de estudo;

7. Propõe-se seja estabelecido aos servidores e magistrados um número mínimo e máximo ideal de pausas periódicas durante a jornada de trabalho, especialmente quando utilizarem exclusivamente o E-PROC; e

8. Sugere-se a instituição de exames médicos periódicos para servidores e magistrados, conforme previsto no art. 206-A da Lei 8.112/1990 e regulamentado pelo Decreto nº 6.856/2009.

Cabe aqui ressaltar que as estratégias de ações de gestão com o envolvimento das pessoas é a forma de fazer as coisas acontecerem, conduzindo-as à busca dos objetivos e das metas das organizações.

5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

O Plano de implantação é o instrumento que leva à Instituição uma orientação do melhor caminho a ser adotado para a consecução do objetivo proposto.

A implantação de um plano de gestão varia de organização para organização, porém, normalmente são compostas por elementos capazes de validar os requisitos necessários para implantação das propostas, fazer um levantamento e uma análise do ambiente que será gerenciado, um acompanhamento das atividades a serem implantadas e um monitoramento dos resultados.

Tendo em vista estes detalhes, pode-se fazer a seguinte sugestão de plano de implantação, caso a instituição aceite as propostas e sugestões:

Nº	PROPOSTAS/SUGESTÕES	ATRIBUIÇÃO	DATA PROVÁVEL
1	Propõe-se a apresentação de um <i>feedback</i> dos resultados da pesquisa para o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná, para o Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu e para o Diretor do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano da Seção Judiciária do Paraná que colaboraram para a concretização do trabalho.	Autor do Projeto Técnico	20/03/2014
2	Sugere-se a elaboração do Planejamento Estratégico com a definição de objetivos, metas, valores almejados, bem como as táticas (projetos) para que se alcance os resultados esperados, prevendo um maior envolvimento dos servidores e magistrados nas questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho.	Diretores dos Núcleos de Planejamento, Orçamento e Finanças; Acompanhamento e Desenvolvimento	De 21/03 a 21/06/2014 (3 meses)

		Humano; e Tecnologia da Informação; sob a Responsabilidade da Direção do Foro	
3	Propõe-se a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias e trinta horas semanais, sem com isso infringir o disposto no art. 19, da Lei 8.112/1990, levando em conta a utilização exclusiva de processos eletrônicos.	Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região	A partir de 1º de maio de 2014
4	Propõe-se a substituição de mesas, cadeiras e demais mobiliários por outros que permitam a regulação e adequação às necessidades individuais dos servidores e magistrados sempre levando em conta a análise ergonômica do trabalho.	Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná, com o apoio dos Núcleos de: Apoio Administrativo, Apoio Operacional, Tecnologia e Informação; e Acompanhamento e Desenvolvimento Humano.	Até dezembro de 2014
5	Propõe-se a realização de um trabalho equivalente ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, exigidos na iniciativa privada, visando aferir os níveis de ventilação, iluminação, ruídos, conforto térmico nos locais de trabalho.	Seção de Saúde e Seção de Engenharia	De 21/03 a 21/06/2014 (3 meses)
6	Propõe-se a extensão dos serviços de saúde, colocados à disposição dos magistrados e servidores lotados na Seção Judiciária do Paraná, às Subseções Judiciárias do interior do Paraná, em especial para a subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, ora objeto de estudo.	Seção de Saúde	Até junho de 2014
7	Propõe-se seja sugerido aos servidores e magistrados um número mínimo e máximo ideal de pausas periódicas durante a jornada de trabalho, especialmente quando utilizarem exclusivamente o E-PROC	Direção do Foro e Seção de Saúde	A partir de 1º de maio de 2014
8	Sugere-se a instituição de exames médicos	Tribunal Regional	A partir de 1º de

	periódicos para servidores e magistrados, conforme previsto no art. 206-A da Lei 8.112/1990 e regulamentado pelo Decreto nº 6.856/2009.	Federal da 4ª Região e Seção Judiciária do Paraná	maio de 2014
--	---	---	--------------

Tabela 4 – Propostas e sugestões

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

O acompanhamento das atividades a serem implantadas e o monitoramento dos resultados ficarão nas responsabilidades da Direção do Foro da Subseção Judiciárias de Foz do Iguaçu; e dos Diretores dos Núcleos diretamente envolvidos na implantação das propostas, sob supervisão geral da Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná.

5.3 RECURSOS

Os recursos necessários para implantar o projeto e realizar as ações deverão ser viabilizados por cada órgão ou entidade, seja por meio do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias ou da Lei Orçamentária Anual.

A implantação da NOSSM deverá ocorrer de forma descentralizada, mas coletivizada, buscando a integração entre os órgãos. O custo será levantado no Planejamento Estratégico proposto com a definição de objetivos, metas, valores almejados, como também as táticas (projetos) para que se alcance os resultados esperados, prevendo um maior envolvimento dos servidores e magistrados nas questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho.

A redução da jornada de trabalho para o máximo de seis horas diárias e trinta horas semanais e o estabelecimento aos servidores e magistrados de um número mínimo e máximo ideal de pausas periódicas durante a jornada de trabalho não compreende custo e não comprometerá o horário de atendimento ao público.

A substituição de mesas, cadeiras e demais mobiliários, já realizadas na maioria das subseções judiciárias do Paraná, por aqueles que permitam a regulação e adequação às necessidades individuais dos servidores e magistrados deverão ser orçados pela Seção Judiciária do Paraná.

A extensão dos serviços de saúde, colocados à disposição dos magistrados e servidores lotados na Seção Judiciária do Paraná, às Subseções Judiciárias do

interior do Paraná, em especial para a subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, poderá realizar-se por meio de convênios com valores a serem orçados.

A instituição de exames médicos periódicos para servidores e magistrados, conforme previsto no art. 206-A da Lei 8.112/1990 e regulamentado pelo Decreto nº 6.856/2009, terá os custos levantados a partir da relação de exames as serem realizados.

5.4 RESULTADOS ESPERADOS

Com a implantação da Norma Operacional de Saúde do Servidor e Magistrado – NOSSM espera-se ver institucionalizada uma política de prevenção com a participação integrada e descentralizada da Justiça Federal, dos servidores e dos magistrados, com atribuições pré-definidas: ao Comitê Gestor de Atenção à Saúde dos Servidores e Magistrados competirá aprovar as diretrizes para aplicação da política; ao dirigente do órgão ou entidade, que deve viabilizar os meios e recursos necessários para o cumprimento da norma, além de assegurar a realização das ações; ao Diretor do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano da Seção Judiciária do Paraná competirá assegurar o cumprimento da NOSSM e promover formação e capacitação, em conformidade com as orientações das equipes técnicas de vigilância e promoção à saúde; às Equipes de Vigilância e Promoção acompanharão a saúde do servidor e terão funções de planejamento, podendo emitir laudos e relatórios dos ambientes de trabalho, assim como propor ações para prevenção de acidentes e melhoria do ambiente de trabalho; à Comissão Interna de Saúde do Servidor e Magistrado – CISSM, constituída em cada Subseção Judiciária, composta por um magistrado indicado pela Instituição e representantes eleitos pelos servidores, caberá, entre outras atribuições, as de levantar as condições de trabalho visando detectar riscos e situações potencialmente nocivos, além de acompanhar as medidas corretivas; e aos servidores, de quem se espera não apenas indicar seus representantes na CISSM, mas acompanhar todo o processo e apresentar sugestões para melhorias relacionadas à segurança individual e coletiva.

A redução da jornada de trabalho e o estabelecimento aos servidores e magistrados de um número mínimo e máximo ideal de pausas periódicas durante a

jornada de trabalho representará uma redução no impacto gerado pela exposição dos servidores e magistrados ao uso de computadores para desenvolverem seus trabalhos no processo eletrônico.

A substituição de mesas, cadeiras e demais mobiliários trará, aos servidores e magistrados da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, melhores condições ergonômicas para a realização de suas atividades.

A extensão dos serviços de saúde à Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu colocará todos os servidores da Justiça Federal do Paraná em condições de igualdade, não só pelos serviços comuns por eles realizados, mas, também em relação à saúde preventiva-corretiva.

É obrigatória a realização de exames médicos periódicos para servidores e magistrados é obrigatório, conforme previsto no art. 206-A da Lei 8.112/1990 e regulamentado pelo Decreto nº 6.856/2009, tendo como objetivo prioritário a preservação da saúde dos servidores e magistrados, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

A efetiva realização do presente Projeto Técnico em toda sua amplitude certamente possibilitará melhorias nas condições ambientais e dos trabalhos realizados pelos servidores e magistrados lotados na Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, prevenindo o surgimento de novas formas de adoecimento das pessoas envolvidas em toda a tramitação processual por meio eletrônico.

5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS

Certamente o maior desafio para a efetiva implantação do presente Projeto Técnico reside no fato de que a Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu é subordinada à Seção Judiciária do Paraná, que, por sua vez, submete-se ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Logo, a implantação da Norma Operacional de Saúde do Servidor e Magistrado – NOSSM depende de regulamentação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Da mesma forma, a redução oficial da jornada de trabalho e o estabelecimento aos servidores e magistrados de pausas periódicas durante a jornada de trabalho, conforme proposto, dependerá de Resolução do TRF4, regulamentando a aplicação do disposto no art. 19, da Lei 8.112/1990, sustentando sua necessidade por conta da utilização exclusiva de processos eletrônicos.

A substituição de mesas, cadeiras e demais mobiliários da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu por outros de melhores condições ergonômicas depende da Seção Judiciária do Paraná promover os atos administrativos necessários para as aquisições, expedientes já realizados na maior parte das outras subseções judiciárias do Paraná.

A extensão dos serviços de saúde à Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu é de responsabilidade da Seção Judiciária do Paraná. Já a realização de exames médicos periódicos para servidores e magistrados é obrigatória, conforme previsto no art. 206-A da Lei 8.112/1990 e regulamentado pelo Decreto nº 6.856/2009 não deverá enfrentar maiores problemas, pois, conforme informações da Seção de Saúde da Seção Judiciária do Paraná, há previsão para sua realização no ano de 2014.

Dessa forma, o principal embaraço para a instituição do presente Projeto Técnico certamente reside em questões burocráticas da administração pública, mas que pode ser superado pelo envolvimento das autoridades representantes do órgãos envolvidos e a utilização de técnicas de planejamento estratégico.

6 CONCLUSÃO

Tendo em vista os relevantes aspectos observados acerca do advento do processo eletrônico, não resta dúvida sobre a importância da utilização de novas tecnologias de informática nos sistemas de controle e acompanhamento processual, dentre outros, o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), para processos administrativos; O Gedpro (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais) e o E-Proc V2, para processos judiciais, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com repercussão por todo o território nacional.

Não passam despercebidas as vantagens trazidas: maior agilidade e celeridade no trâmite processual; possibilidade de acesso facilitado ao conteúdo integral dos autos a qualquer tempo e lugar (que disponha de internet); maior transparência; ambiente de trabalho mais organizado; economia e preservação do meio ambiente.

Contudo, o avanço tecnológico na Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu – têm produzido impactos na saúde dos servidores e magistrados. As diferentes funcionalidades das ferramentas eletrônicas (E-proc, Gedpro, SEI) inauguraram uma nova realidade, cujas funcionalidades e exigências interferiram na saúde dos usuários internos. A tecnologia pode estar excedendo, cada vez mais, a capacidade das pessoas de se adaptarem às mudanças, tanto no aspecto físico como psicológico, pois as máquinas, métodos de trabalho e responsabilidades, vêm sendo modificadas num ritmo, nem sempre adequando às limitações humanas.

É imprescindível que todos os atores envolvidos se conscientizem da importância dos impactos gerados pela adoção dos processos eletrônicos na qualidade de vida no trabalho dos servidores e magistrados da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, que traz uma grande alteração nas condições de trabalho de seus usuários, influenciando diretamente no tempo de uso de computadores, com maior esforço físico e mental para se conseguir realizar as tarefas diárias. Esse esforço deve ser administrado para não comprometer a saúde dos servidores e magistrados.

A Revisão teórico-empírica introduziu o tema em estudo, situando seus principais conceitos, tais como a virtualidade, a origem do processo judicial, a

tecnologia e o processo judicial eletrônico, a saúde dos usuários dos processos eletrônicos e acidentes de trabalho e doenças equiparadas.

A metodologia pautou-se no estudo de caso por meio da pesquisa bibliográfica e análise de seu conteúdo com a finalidade de minimizar os efeitos negativos da utilização de processos exclusivamente eletrônicos na qualidade de vida no trabalho dos servidores e magistrados lotados na Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu. Propõe o uso de ferramentas de gestão com foco que possibilitem melhorias das condições ambientais e dos trabalhos realizados pelos servidores e magistrados lotados na Justiça Federal do Paraná – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

A partir dos resultados da pesquisa, elaboraram-se as propostas e sugestões, entre as quais se destacam: a necessidade de capacitação dos servidores e magistrados, com especial atenção dos gestores para o surgimento de novas formas de adoecimento das pessoas envolvidas em toda a tramitação processual; levantamentos periódicos acerca do ambiente de trabalho, compreendendo, dentre outros fatores, a iluminação, ventilação, nível de ruído, conforto térmico, layout; adequação de máquinas, materiais, equipamentos e mobiliários às necessidades individuais de cada servidor ou magistrado; adequação da jornada de trabalho e a pausa periódica intrajornada, considerando-se a utilização de processos judiciais exclusivamente eletrônicos; maior aproximação dos gestores da área da saúde do TRF4 e da Seção Judiciária do Paraná para possibilitar a extensão de todas as atividades de diagnóstico e prevenção, já realizadas nesses órgãos, à Justiça Federal de Foz do Iguaçu.

Conclui-se que, em se tratando de Projetos Técnicos dessa amplitude, há sempre riscos de problemas para sua operacionalização, especialmente aqueles relacionados às burocracias administrativas. Contudo, a amplitude do problema é sobreposta pelo grau da importância das melhorias nas condições ambientais e dos trabalhos realizados, prevenindo o surgimento de novas formas de adoecimento das pessoas, argumento mais que suficiente para sensibilizar as autoridades competentes para envidar esforços necessários à sua concretização.

7 REFERÊNCIAS

ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. **A Justiça brasileira e o processo eletrônico**. 2009. Disponível em: <<http://www.dnt.adv.br/artigos-publicacoes/a-justica-brasileira-e-o-processo-eletronico/>>. Acesso em: 08/10/2013.

ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. **Os avanços e entraves do processo eletrônico na Justiça**. 2010b. Disponível em: <<http://www.dnt.adv.br/noticias/os-avancos-e-entraves-do-processo-eletronico-na-justica-brasileira-em-2010/>>. Acesso em: 08/10/2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 76/2013 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009. Regulamenta o art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 maio 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10176.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7232.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 7.631, de 17 de novembro de 1987. Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7631.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 1991, rep. Em 11 abr. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 out. 1991. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8248.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa SRH nº 03, de 07 de maio de 2010. Estabelece orientações básicas sobre a **Norma Operacional de Saúde do Servidor - NOSS** aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 mar. 2013. Disponível em: < <https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=7771>>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª REGIÃO. **Lotacionograma da Justiça Federal de Primeiro Grau no Paraná** [intranet]. Curitiba (Brasil): JFPR; 2013. [citado em 12 dez 2013]. Disponível em: <http://intranet.jfpr.jus.br/nrh/lotacionograma/arquivos/RELATORIO%20DE%20LOTACOES%20DA%20SJPR.htm>.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª REGIÃO. Resolução nº 13, de 11 de março de 2004. **Implanta e estabelece normas para o funcionamento do Processo Eletrônico nos Juizados Especiais Federais no âmbito da Justiça**

Federal da 4ª Região. Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=219>. Acesso em: 12 out. 2013.

CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo Judicial Eletrônico.** Curitiba: Juruá, 2007.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **O Novo (em) Direito**/Paulo Roney Ávila Fagúndez – Florianópolis: OAB Editora ; OAB/SC Editora, 2006.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Acidentes do trabalho – doenças ocupacionais e nexos técnico epidemiológico** / Gustavo Filipe Barbosa Garcia. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo : MÉTODO, 2011.

LEAL JÚNIOR, Cândido Alfredo Silva. **O Processo Eletrônico e a Saúde do Usuário. A Experiência do TRF4 em Busca de um Processo Saudável.** Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 57, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao057/Candido_LealJunior.html>. Acesso em: 20 dez. 2013.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual.** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

MARQUES, José Frederico. **Manual do Direito Processual Civil.** Atualizada por Vilson Rodrigues Alves. 2. ed. Campinas: Millennium, 1998, p.145.

MORAES, Giovanni Araújo. **Normas Regulamentadoras comentadas.** 8.ª edição. Revisada, Ampliada, Atualizada e Ilustrada, Rio de Janeiro 2011. V3.

PICARELLI, E. T. **Proposta do CNJ ameaça sistema criado pelo TRF-4: entrevista.** [12 de dezembro, 2013]. Rio Grande do Sul: Revista Consultor Jurídico. Entrevista concedida a Jomar Martins. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-dez-12/proposta-cnj-ameaca-sistema-trf-juiz-assessor-presidencia>>. Acesso em: 18/12/2013.

POCINHO, M. FIGUEIREDO, J.P. **SPSS: Uma ferramenta para análise de dados.** São Paulo, 2010.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas do Direito Processual Civil.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, V1.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

APÊNDICES**CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO**

Descrição da tarefa a ser realizada	Período
1. Planejamento do trabalho e negociação com a organização;	De: 05/06/2013. Até: 15/07/2013.
2. Levantamentos bibliográficos e análise da bibliografia;	De: 16/07/2013. Até: 15/10/2013.
3. Diagnóstico da organização;	De: 16/10/2013. Até: 15/11/2013.
4. Data da postagem na plataforma do curso da primeira versão do Projeto Técnico;	Até: 20/10/2013.
5. Elaboração da proposta;	De: 16/11/2013. Até: 30/11/2013.
6. Editoração do trabalho	De: 01/12/2013. Até: 20/12/2013
7. Data da postagem na plataforma do curso da versão final do Projeto Técnico.	Até: 21/12/2013.

PESQUISA SOBRE O PROCESSO ELETRÔNICO E A SAÚDE DO SERVIDOR

Caro Gestor (a)

Preciso de sua ajuda. Estou realizando uma pesquisa com aos servidores e magistrados da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

As informações que você se dispôr a fornecer (**não identificadas individualmente**) serão úteis como elementos de **Projeto Técnico de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública**, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, e serão tabuladas e disponibilizadas como ferramentas auxiliares no diagnóstico e prevenção de situações-causas de doenças relacionadas ao trabalho, com ênfase para aquelas oriundas da utilização do processo eletrônico.

Muito obrigado pela sua ajuda. O que você pensa é importante.

Joaquim de Oliveira Vieira

Autor do Projeto Técnico.

1. Qual é a estrutura organizacional da área de saúde na Seção Judiciária do Paraná?

2. Quais os serviços de saúde colocados à disposição dos magistrados e servidores lotados na Seção Judiciária do Paraná?

3. Quais os serviços de saúde colocados à disposição dos magistrados e servidores lotados nas Subseções Judiciárias do interior do Paraná?

4. São realizados exames periódicos nos magistrados e servidores?
() Sim () Não

5. É realizado algum tipo de avaliação relacionada ao ambiente de trabalho e Ergonomia dos servidores e magistrados?
() Sim () Não

5.1. Sendo o caso, estende-se às Subseções do Paraná?
() Sim () Não

5.2. Sendo o caso, quais?
Iluminação () Sim () Não

Ventilação () Sim () Não
Nível de ruído () Sim () Não
Conforto térmico () Sim () Não
Layout () Sim () Não
Equipamentos/mobiliários () Sim () Não
Outros: _____

6. O advento do processo exclusivamente eletrônico na Justiça Federal traz algum reflexo direto na saúde dos servidores e magistrados?
() Sim () Não

7. A jornada de trabalho é considerada ideal à saúde dos servidores e magistrados que atuam exclusivamente com processo eletrônico na Justiça Federal?
() Sim () Não Jornada ideal: _____

8. É importante a pausa periódica durante a jornada de trabalho?
() Sim () Não

9. Sendo o caso, qual o número ideal de pausas periódicas durante a jornada de trabalho?
() 1 a 2 () 3 a 5 () 6 a 7 () 8 ou mais

Intervalos: _____

10. Use o espaço do verso para qualquer outro comentário que gostaria de fazer.

PESQUISA SOBRE O PROCESSO ELETRÔNICO E A SAÚDE DO SERVIDOR

Caro Servidor (a), Magistrado (a)

Preciso de sua ajuda. Estou realizando uma pesquisa com aos servidores e magistrados da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

As informações que você se dispôr a fornecer (**não identificadas individualmente**) serão úteis como elementos de **Projeto Técnico de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública**, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, e serão tabuladas e disponibilizadas como ferramentas auxiliares no diagnóstico e prevenção de situações-causas de doenças relacionadas ao trabalho, com ênfase para aquelas oriundas da utilização do processo eletrônico.

Muito obrigado pela sua ajuda. O que você pensa é importante.

Joaquim de Oliveira Vieira
Autor do Projeto Técnico.

1. Qual a sua lotação?

1ª.() 2ª.() 3ª.() 4ª.() 5ª.() 6ª.()

2. Tempo de serviço:

() Menos de 3 anos; () 3 a 6 anos
() 7 a 10 anos; () 11 a 15 anos
() 16 anos ou mais

3. Qual a sua faixa de idade?

()até 20 () 21 a 35 () 36 a 55 () acima 55

4. Sexo: () Masculino () Feminino

5. Qual o seu nível de escolaridade?

1. () médio completo/superior incompleto
2. () superior completo
3. () pós-graduação (mestrado/doutorado)
4. () outro _____

6. Como você inicia sua jornada de trabalho? () Bem Disposto

() Pouco Disposto () Indisposto

7. Você realiza alguma atividade física? Que frequência?

() Sim () Não Frequência: _____

8. As tarefas no seu trabalho são rotineiras/repetitivas? () Sim () Não

9. Você trabalha somente com processos eletrônicos?() Sim () Não

10. Seu trabalho é estressante?

() Sim () Não

19. Use o espaço do verso para qualquer outro comentário que gostaria de fazer.

11. O seu ambiente de trabalho contribui para o seu desempenho?

Iluminação () Sim () Não
Ventilação () Sim () Não
Nível de ruído () Sim () Não
Conforto térmico () Sim () Não
Layout () Sim () Não
Equipamentos/mobiliários () Sim () Não

12. Sua carga de trabalho é equilibrada? () Sim () Não

13. Sua programação de trabalho é equilibrada? () Sim () Não

14. Você trabalha:

() mais de 40 horas por semana,
() menos de 40 horas por semana ou
() cerca de 40 horas por semana

15. Você realiza aproximadamente quantas pausas periódicas durante a jornada de trabalho?

() 1 a 2 () 3 a 5 () 6 a 7 () 8 ou mais

16. Sente alguma dor muscular?

() Sim () Não

17. Você sente alguma dormência, formigamento ou queimação?

() Sim () Não

18. Como você se sente ao final da sua jornada de trabalho?

() Bem Disposto () Pouco Disposto
() Indisposto

**PESQUISA SOBRE O PROCESSO ELETRÔNICO E A SAÚDE
CLIENTES EXTERNOS
ADVOGADOS, PROCURADORES FEDERAIS E PROCURADORES DA REPÚBLICA**

Prezado (a) Senhor (a)

Preciso de sua ajuda. Estou realizando uma pesquisa com aos servidores e magistrados da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

As informações que você se dispôr a fornecer (**não identificadas individualmente**) serão úteis como elementos de **Projeto Técnico de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública**, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, e serão tabuladas e disponibilizadas como ferramentas auxiliares no diagnóstico e prevenção de situações-causas de doenças relacionadas ao trabalho, com ênfase para aquelas oriundas da utilização do processo eletrônico.

Muito obrigado pela sua ajuda. O que você pensa é importante.

Joaquim de Oliveira Vieira

Autor do Projeto Técnico.

1. Qual a sua atividade profissional?

2. Tempo de atividade:

- () Menos de 3 anos; () 3 a 6 anos
() 7 a 10 anos; () 11 a 15 anos
() 16 anos ou mais

3. Qual a sua faixa de idade?

- () até 20 () 21 a 35 () 36 a 55 () acima 55

4. Sexo:

- () Masculino () Feminino

5. As tarefas no seu trabalho são rotineiras/repetitivas?

- () Sim () Não

6. Você utiliza o Sistema Eletrônico E-PROC da justiça Federal da 4ª Região?

- () Sim () Não

7. O E-PROC permite uma programação equilibrada do trabalho?

- () Sim () Não

8. Você considera adequada a estrutura para utilização do E-PROC da Justiça Federal disponibilizada pelo Órgão para o qual presta serviço?

- () Sim () Não

9. Você atua/atuou na Justiça Federal em processos físicos?

- () Sim () Não

10. Sendo o caso, você prefere atuar na Justiça Federal em processos físicos ou em processos eletrônicos (E-PROC)?

11. Apresente as principais vantagens trazidas com a implantação dos processos eletrônicos (E-PROC):

12. Apresente as principais desvantagens trazidas com a implantação dos processos eletrônicos (E-PROC):

13. Use o espaço desejado para qualquer outro comentário que gostaria de fazer sobre o tema.